

AURORA CEARENSE.

JORNAL ILLUSTRADO, LITTERARIO, SCIENTIFICO E NOTICIOSO.

ANNO I.

A AURORA CEARENSE publica-se uma vez por semana com duas paginas de gravura e seis de texto, além de supplementos contendo estampas, sempre que for possível. Assigna-se na praça da Municipalidade n. 31 á razão de 5U000 por semestre e 10U000 por anno. Para fóra da capital e da provincia as assignaturas serão reguladas á razão de 6U000 por semestre e 11U000 por anno. O pagamento é sempre adiantado. Numero avulso —200 reis.

NUMERO 20.

DOMINGO 28 DE OUTUBRO DE 1866.

AURORA CEARENSE.

FORTALEZA, 28 DE OUTUBRO DE 1866.

A maneira irregular porque são remetidos para a cadeia desta capital os sentenciados dos diversos termos da provincia, obriga-nos a chamar attenção do poder competente para que cesse o abuso, que passaremos a patentear, tão prejudicial áquelles miseraveis, dignos de toda compaixão.

Antes de passar em julgado a sentença condemnatoria imposta pelo jury, o juiz municipal respectivo remette ao chefe de policia com um simples officio o sentenciado, que vem cumprir aqui a sua pena.

Em primeiro lugar notaremos que este procedimento é pouco legal, e ainda menos equitativo.

O sentenciado podendo appellar, dentro do prazo legal, não o faz; porque dous, quatro e seis dias depois do seu julgamento é remetido para a capital, muitas vezes sem ser intimado da sentença do jury; porque o juiz presidente do tribunal não acha conveniente que seja ella lida (parece medo) perante o réo, como deve ser; e o escrivão tem preguiça, ou *acha desnecessaria* a intimação da mesma sentença.

Em segundo lugar não devem ser esses sentenciados remetidos ao chefe de policia, que nada tem com elles, senão quando se achão recolhidos á cadeia, cuja inspecção lhe compete. Elles, acompanhados da guia, de que tratão os arts. 411 e 412 do regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, devem ser remetidos ao juiz municipal do termo, onde vão cumprir as respectivas sentenças. Ao referido juiz compete fazel-os recolher á cadeia por uma portaria ao respectivo carcereiro, afim dese fazerem as necessarias notas no livro competente, e communicar ao chefe de policia.

Jamais podem ser as guias dirigidas ao chefe de policia, como tem sido, não sabemos porque razão.

Ainda não fica ahí o abuso. Muitos juizes municipais remetem sentenciados para esta capital sem as necessarias guias!

Agumas vezes emprasão-se para a primeira oportunidade, e outras nem satisfação alguma julgão conveniente dar.

Por ora mencionaremos dous termos, donde vêem sentenciados sem guia, principalmente ao juiz municipal desta capital; e são elles: S. João do Principe, Crato e Canindé.

Repetimos: ao chefe de policia não deve ser feita a remessa directa de presos, cujas sentenças passaram em julgado; e diremos ainda, cujas sentenças con-

demnatorias pendem de appellação. A quella autoridade devem ser directamente remetidos somente os presos pronunciados, que tem de responder ao jury nos termos, donde são enviados para aqui por falta de segurança das respectivas cadeias. O mais é abuso, que deve ter fim.

Ainda uma falta, que é prejudicial aos miseraveis sentenciados:

O art. 2.º do regulamento n. 595 de 18 março de 1849 diz:—Quando a multa for de tantos por cento do valor de qualquer objecto, se este já estiver liquidado e conhecido, o juiz mandará fazer a conta, e por ella ficará liquidada a multa. Quando, porém, o valor desse objecto não for conhecido, o juiz nomeará um arbitrador para o liquidar, e ter depois lugar a conta.

Ora, acontece sempre que muitas guias de sentenciados, trazem transcripta a sentença do jury condemnando-os a tantos mezes ou annos de prisão com trabalho, e multa de cinco a vinte por cento do valor furtado, gráo tal do art. 257, ou do art. 269 do Cod. criminal.

Como, pois, ter lugar o processo estabelecido no art. supracitado, si é desconhecido e illiquido o valor do objecto sobre que versa a multa?

E mais: para que (segunda parte do art. citado) nomear um arbitrador, afim de liquidar esse objecto, si elle é inteiramente ignorado, ou desconhecido?

A sentença lavrada pelo juiz de direito, como todos sabem, não resa o objecto furtado: o juiz que remette o preso condemnado (não estando liquidada a multa) não declara na guia ao menos, qual o objecto furtado ou roubado.

Como, pois, saber-o o juiz, a quem é remetido o preso, para proceder a essa liquidação?

Essa falta deve trazer sempre o resultado seguinte:

Dous presos requereram a sua liberdade, allegando terem cumprido as penas, que lhe foram impostas pelo jury do termo de Maranguape.

Foram ambos condemnados no art. 257.

O juiz municipal da capital manda vir conclusa a guia para proceder á execução.

A guia não declara o objecto furtado, em virtude do que o Sr. Dr. Cunha e Figueiredo expedio precatoria ao juiz municipal de Maranguape para saber do objecto ou do valor do objecto furtado.

E até hoje a precatoria não foi cumprida! E os pobres presos, talvez, ainda estejam recolhidos á cadeia.

Assim pois, chamamos a attenção do poder competente para taes abusos.

CHRONICA JUDICIARIA.

Juizo Municipal

Acção entre partes Antonio Paes da Cunha Mamede e João Severiano de Sousa.

Vistos os autos etc. Pede o autor Antonio Paes da Cunha Mamede ao réo João Severiano de Souza o pagamento de 85\$U640 rs. e premio, importância das duas letras de fls 4 e 5, aceitas por Aureliano Pinto de Souza, e endossadas pelo réo, divida proveniente de mercadorias da casa commercial desta cidade, em que eram socios o mesmo autor e o réo. Allega que, sendo dissolvida a referida sociedade por consenso e amigavel composição, ficára a cargo do autor o passivo e activo da casa entre o qual figuraram as duas sobreditas letras, que o réo garantira, porque a isto estava obrigado pela condição 8.^a do contracto, não observado por elle. Allega ainda que d'esse accordo mutuo para acabar-se a sociedade é prova o documento de fls. 14; e que tendo-se ausentado o aceitante das letras, o responsável pelo respectivo pagamento é o réo. Finalmente, que a accção proposta é a competente, para por ella ser o mesmo réo obrigado a pagar o principal das letras e premio estipulado.

O réo oppõe-se ao pagamento pedido, allegando que a accção é, de origem, nulla; porque a petição para a conciliação fôra despachada sem assignatura do autor, contra o disposto no art. 12 do decreto de 15 de março de 1842; e ainda porque a citação fôra feita para reconhecimento das letras e obrigação, e como tal incompetente em vista do art. 65 do Regulamento Commercial. Allega igualmente que elle réo fôra despedido da sociedade dictatorialmente, sem mutuo consenso, e com quebra da condição 11.^a do contracto; que do mesmo modo de dictadura fôra obtido o endosso das letras; que fôra posto depois d'ellas vencidas; que as ditas letras não tinham sido protestadas; que as vendas a credito e excedentes a 20\$U000 rs, segundo a condição 8.^a do contracto, d'entre as quaes resultára a divida das letras, tinham sido feitas por accordo do autor; finalmente que não prestára contas, como era obrigado pela condição 10.^a do referido contracto; e para prova de que fôra *à fortiori* despedido da sociedade, junta o documento de fls. 16. Em vista do allegado e produzido como prova por uma e outra parte, julgo pela nullidade da accção, attendendo: 1.^o que não tendo sido assignada a petição do autor para a conciliação, como devêra, em virtude do art. 12 do decreto de 15 março de 1842, não podia ser despachada, e sem despacho não podião estar em juizo autor e réo para a conciliação: 2.^o que a procuração do autor não confere poderes especiaes para a mesma conciliação, autos fls. 9, e arts. 23 e 26 do regulamento n.^o 737 de 25 de novembro de 1850. E pois, sendo nullo, como julgado tenho, todo o processado, art. 672 do dito regulamento, visto que nullamente começou, condemno o autor nas custas.—Fortaleza, 13 de outubro de 1866.—Manoel da Cunha e Figueiredo.

Libello civil entre partes como autor o major Simão Barbosa Cordeiro e D. Joaquina Moreira Taborda. (Embargos á sentença.)

Visto os autos etc. Os embargos oppostos a fl. 50, e recebidos a fl. 56, julgo afinal provados, para effeito de reformar, como reformo, a sentença de fl. 46, por ter sido dada contra a Ord. Liv. 3.^o Tit. 3.^o e 66 princ., que manda julgar o feito segundo o

allegado e provado pelas partes, e com exame maduro e attento de todos os termos e pegas do processo. O autor Simão Barbosa Cordeiro pedia a ré D. Joaquina Moreira Taborda a entrega do aluguel dos seus predios n.os 90 e 92, sitos na rua da Palma d'esta cidade, á razão de 15\$U000 rs. mensaes o de n.^o 90, e 35\$U000 rs. o de n.^o 92; e tambem a entrega das duas sobreditas casas, por serem nulos e feitos sem o seu consentimento os contractos, que com o finado marido da ré, Domingos da Cunha Taborda, fizera Antonio Paes da Cunha Mamede, cujos contractos são os de fls. 14 e 15 e que foram firmados em 11 de novembro de 1865.

O finado marido da ré, seguro no contractado, sublocou a Manoel José Salgado Couto o predio n.^o 90 em 12 de março deste anno, depois de havel-o reedificado, e ficou residindo com sua familia no predio n.^o 92, depois de fazer os reparos precisos.

Estes contractos pareceram valiosos e firmes para o autor até a fallencia e morte inopinada do marido da ré, tanto assim que somente seis mezes depois, e já depois da morte do marido da ré, fôra esta citada para a conciliação (autos fl. 4), o que bem mostra, que, quando não hovesse approvação escripta do contractado pelo marido da ré, e Antonio Paes da Cunha Mamede, tinha havido approvação tacita.

Ora, que Mamede contractára validamente com o finado marido da ré a locação dos predios do autor pelo modo constante das escripturas de fls. 14 e 15 é corrente em direito; porque muito embora nestes autos não exista a procuração do autor a Mamede, este confessa em seu depoimento a fl. 32, que é procurador do autor, e como tal alugava e recebia os alugueis de seus predios n'esta cidade, e tratava de seus negocios; e pôde qualquer tratar e administrar negocios alheios independente do que dispõe a Ord. Liv. 3.^o tit. 23, por ser distincto o mandato *ad negotia* do mandato *ad judicia*.

A sentença considerando muito, não considerou que, alem do que está dito, a assistencia de Mamede em o juizo de paz fôra impugnada por falta de procuração; porque ali o mandato era *ad judicia*, e não *ad negotia*.

Tambem os contractos não podem ser considerados nulos, porem sim validos, si attender-se ao seu valor. A ord. Liv. 3.^o Tit. 59 não exige instrumento publico senão para aquelles contractos, cujo valor excede a 60\$U000 rs., e sendo os contractos de fls. 14 e 15, cada um de por si ou juntos, de valor menor de 60\$U000 rs, pois que uma casa fôra alugada a 35\$U000 rs. mensaes, e outra a 15\$U000 rs, quantias estas que juntas prefazem a de 50\$000 rs, menor que 60\$U000 rs, é visto que pela ord. não se fazia preciso escriptura publica, e que a particular é valida.

Finalmente, si os contractos foram feitos com legalidade, cumpridas que sejam as condições nelles estipuladas, devem continuar a subsistir na locação e sublocação até que se preencha o tempo nos mesmos marcado. E portanto, reformando, como reformo, a sentença a fl. 45 v. pelos fundamentos expostos, julgo firmes e valiosos os sobreditos contractos, e subsistentes para a ré e seus herdeiros, até que se preencha a condição do tempo, isto é, para o predio n.^o 90—oito annos, e para o de n.^o 92—quatro annos, da forma nelles expressa, preenchidas que sejam as condições outras dos mesmos contractos. Pague o autor embargado as custas.—Fortaleza, 13 de outubro de 1866.—Manoel da Cunha e Figueiredo.

Arresto requerido pelo negociante Raymundo Remigio de Mello Caxias em bens de José Romualdo de Mendonça.

Julgo o arresto firme e valioso em vista da prova

dada, e marco o praso de 51 dias para dentro del-
le apresentar o arrestante Raymundo Remigio de
Mello Caxias o documento conciliatorio, pena de
lançamento pagas as custas excausa.—Fortaleza, 10
de outubro de 1866.—*Manoel da Cunha e Figueire-*
do.

Embargos de terceiro de Rosalina Henriqueta Sami-
co a penhora feita em bens de Bernardo José de
Mello, á requerimento de D. Maria de Sant'An-
na das Virgens.

Os embargos de terceira senhora e possuidora de
fl. 8, recebidos a fl. 16 e contrariados a fl. 17, julgo
afinal provados; visto como os documentos que
apresenta a embargante a fls. 11, 12 e 13 e o depoi-
mento de fl. 15 e 16 provão de uma maneira incon-
testavel serem propriedade sua alguns dos bens pe-
nhorados a fl. 3 v; não procedendo a allegação da
embargada — de falta de citagão da mesma para a
brova testemunhal; porque da certidão a fl. 14 v.
consta que tal citagão se fez na pessoa de seu pro-
curador. Portanto, provados os embargos, mando
que se passe mandado de levantamento da penhora
na parte relativa aos objectos pertencentes á taber-
na da rua Amelia, subsistindo entretanto a que fôra
feita nos demais bens; e siga a execução seus ter-
mos, pagas as custas pela embargada.—Fortaleza,
20 de outubro de 1866.—*Manoel da Cunha e Figuei-*
redo.

Acção ordinaria entre partes João Severiano de
Souza e Antonio Paes da Cunha Mamede.

Vistos os autos etc. Pede o autor João Severiano
de Souza ao réo Antonio Paes da Cunha Mamede
metade dos lucros da sociedade commercial que ti-
veram na taberna da rua da Palma n.º 62, desta ci-
dade; visto como a mesma sociedade, existente em
virtude da escriptura particular de fl. 5 e 6, e que
devia durar tres annos, fôra antes de tempo dissol-
vida sem consentimento d'elle autor, contra o artigo
ou condigão 11 do contracto. Allega mais que os
lucros verificados ao tempo da dissolução da socie-
dade é o que mostra o balango a fl. 21, — da quan-
tia de 761U290 rs, a qual partida ao meio, a parte
que lhe cabe, e pela presente acção se pede, é de
380U645, isto em virtude do art. 2.º do predito con-
tracto. O réo contesta o pedido do autor, allegando
que houve accordo e mutuo consenso dos socios, e
que a prova está na carta do autor a fl. 10; que a
metade dos lucros não é a pedida pelo mesmo au-
tor; porque no balango a fl. 18 estão dividas men-
tidas; que só pela liquidagão do passivo poderá ser
descriminada a parte dos lucros pertencentes ao au-
tor; e finalmente que si a dissolução não foi ac-
cordada entre elles, autor e réo, a decisão do pleito
é arbitral, e não judicial, por assim se achar esti-
pulado no art. 10 da escriptura a fl. 5 v.

Do allegado por uma e outra parte o que está dos
autos provado é, que na dissolução da sociedade
houve infracção, por parte do réo, do estipulado nas
clausulas do art. 11 do contracto a fl. 5 e 6; e que
ao tempo da dissolução existia um saldo de
761U290 rs. a favor do fundo social. Portanto, na
forma do art. 335 §§ 1.º e 3.º do codigo do commer-
cio, e do art. 11 do contracto, e na forma do dispo-
sto no art. 339 do mesmo codigo, condemno o réo a
pagar ao autor metade dos lucros da sociedade ao
tempo da dissolução, na importancia de 380U645 rs.,
visto como o mesmo réo tornou-se responsavel por
essa quantia, por ter, antes do tempo estipulado no
contracto, dissolvido a sociedade, carregando sobre
si as perdas e damnos do balanceado como activo

da sociedade; não lhe valendo a allegação de ser
nulla a presente acção por não ser tratada por ar-
bitros; pois que essa clausula 10.ª do referido con-
tracto diz respeito ao valor dos pregos para o ba-
lango na dissolução amigavel e de mutuo consenso
dos socios. Pague o réo as custas.—Fortaleza 20 de
outubro de 1866.—*Manoel da Cunha e Figueiredo.*

Fallencia de Antonio de Castro Lorangeira.

Vistos estes autos etc. D'elles se mostra que a re-
querimento de Kalkmann, Irmão & C., J. U. Grat
& C. e Bruno & C. fôra declarada a fallencia do
negociante não matriculado desta cidade Antonio
de Castro Lorangeira, a datar do dia de sua aber-
tura, 11 de setembro deste anno. Mostra-se mais
pelo exame de fl. 82 que o mesmo não tinha outros
livros senão o diario e copiador de cartas, e estes
mesmos sem estarem sellados e rubricados, mas
apenas escripturados de 31 de maio de 1863 a 31 de
agosto ultimo, ao passo que negocia ha muitos
annos. Mostra-se ainda do referido exame que em
dito diario não está langado em resumo o balango
geral do activo e passivo da casa commercial (que
devêra formar annualmente, art. 10 § 4.º do codigo
do commercio) para se saber si entre a data do
ultimo balango e a da fallencia se achava o fallido
devendo por obrigagões directas o dobro do seu
cabedal apurado nesse balango. Esta só falta com-
preheende o fallido na disposigão do art. 800 § 4.º
do codigo do commercio; bem como o facto de não
ter-se apresentado no tempo e na forma devi-
da, quando cessou seus pagamentos, como era obri-
gado pelo artigo 803 do mesmo codigo, o com-
preheende na disposigão do artigo 801 § 2.º. Mas
não sendo só a falta do resumo do balango,
que se mostra na escripturagão do fallido não tendo
elle os livros sellados e rubricados como: é disposto
no art. 13 do referido codigo; e não podendo taes
livros fazer prova em juizo, nem merecer fé alguma,
arts. 15 e 23 do mesmo codigo e 141 do regula-
mento n.º 737 de 23 de novembro de 1850, e aviso
n.º 168 de 20 de julho de 1853, elles são como não
existentes; e a falta delles faz com que o mesmo
fallido esteja comprehendido na disposigão do art.
802 § 6.º do codigo do commercio. Portanto, jul-
gando fraudulenta a fallencia, pronuncio o fallido
como incurso no art. 263 do codigo criminal, e obri-
go-o á prisão e livramento; pagas as custas pela
massa fallida. O escrivão faça remessa destes autos
ao Dr. Juiz de direito da comarca, para quem
recorro deste meu despacho, na forma do art. 2.º
do decreto n.º 707 de 9 de outubro de 1850.—For-
taleza, 20 de outubro de 1866.—*Manoel da Cunha e*
Figueiredo.

JURISPRUDENCIA.

DEFEZA

DO

COMMENDADOR ANTONIO MARQUES D'AMORIM

POR SEU PATRONO O

Consellheiro José Bento da Cunha Figueiredo

Perante o juizo criminal do Recife.

Non conscientia peccati sed mag-
nitudine periculi commotum se
sentiat.

CICERO.

(Continuação)

Tomado o livro *diario* como o principal funda-

mento de toda a escripturação mercantil, sendo por isso considerado pelo art. 12 do cod. com. como base de *todas as operações commerciaes*, letras, e outros *quaesquer papeis de credito*, que se passarem, *aceitarem, fiançarem, ou endossarem*, e em geral *tudo quanto se recebe e despende* de propria e alheia conta, seja porque titulo fôr; observa-se que este livro, sellado e rubricado, com termo de abertura e encerramento pelo tribunal do commercio, acha-se desde o começo das transacções (março de 1860) até 28 de fevereiro de 1862, data do ultimo balanço *regularmente escripturado*, sem a menor emenda, ou vislumbre de alteração de lançamento, e muito menos de *suppostas* operações; e de tal modo que nos ultimos lançamentos com data de 28 de fevereiro de 1862, que serviram para a organização do balanço offerecido á commissão de contas af. 93, concordaram *perfeitamente* com os resumos levados ao livro=razão=e estão em completa harmonia com as parcellas antecedentes.

Não estando porém feito no dito livro-diario o fechamento do balanço na data alludida, de 28 de fevereiro de 1862, pela forma e maneira porque estão fechados os anteriores balanços semestraes de 1 de agosto de 1860, de 28 de fevereiro de 1861, e de 30 de agosto de 1861, fica provado á toda luz, que se houvesse intenção de formar *balanços ficticios* nesse ultimo semestre de 28 de fevereiro, *nada seria mais facil* do que *figural-o no fechamento* da escriptura para illudir os examinadores. Ora o proprio Juiz Especial do commercio é o mesmo que dá testemunho disso, quando no termo do encerramento, por occasião da abertura da fallencia, declara sob a sua rubrica=que o livro *Diario* se acha sem vicio, documento n.º 11. Assim pois é *absolutamente infundada* a asserção contida no art. do libello, a que me refiro, e sem nenhuma applicação ao caso dos arts. 14 e 82 do Cod. do Com.

Os curadores fiscaes apesar do cuidado com que procuram descobrir muitas eivas na commandita, declararam=que (af. 383 v.) os livros estão em apparencia escriptos em *forma legal*. Mas ao depois se contradizem asseverando que appareceram vicios e dizeres em grande parte *ficticios*, e outros *falsos*.

Fundando-se em meras supposições, os curadores fiscaes não se dignaram determinar especificadamente em que consistia esses *vicios e dizeres* em grande parte *ficticios*, como era do seu rigoroso dever, para poderem ser acreditados.

Alegare não provar, nada vale em direito: e quando duas proposições contradictorias são allegadas da parte do accusador, que neste caso são os curadores fiscaes, deve-se abragar aquella que fôr favoravel ao accusado; *humanus pro reo judicetur*. Os curadores fiscaes disseram=que a escripturação estava em *forma legal*: é quanto bastaria ao meu cliente, ainda que elle não apresentasse prova escripta em contrario.

O *zumzum* que apparece sobre *falsificações* de livros, e balanços *ficticios*, nasceu de uma *unica* fonte, a saber: da declaração do guarda-livros, que se lê nos autos af. 207, affirmando que o balancete, ministrado por notas do socio Santos e por elle guarda-livros copiado, não estava de accordo com a escripturação geral; e é só neste dizer que se fundaram os curadores fiscaes, e tambem o juiz da pronuncia, para darem como existentes as *taes falsificações*, ou balanços *ficticios*: mas todos estes castellos desaparecem perante a *verdade dos factos*, e as seguintes observações:

Primeiramente não pôde fazer prova contra o meu cliente o dito vago do socio Santos, não só porque *nemo contra se dixit nisi aliquo cogente*, como porque não se procedeu a um exame positivo

do balancete, a que elle se refere (e que não se sabe qual seja) com os livros, com que devera elle ser cotejado: em segundo lugar, vê-se que a nada deve-se dar tanta fé, nesta especie, do que ao parecer da commissão de exame de contas af. 210 v, que *positivamente* declarou *ter averiguado* os balanços e balancete *perante os livros*, e achado tudo em *devi-da forma*: em terceiro lugar finalmente aos depoimentos de dous membros *signatarios* do parecer da commissão de exame de contas, que alto e bom som confessam af. 234 v. e af. 235, =que o balancete, que se acha junto aos autos *não é o mesmo* que foi sujeito ao exame da commissão, de que fizeram parte; sendo de mais a mais certo que a commissão fiscal de contas examinou e *verificou* o balanço com o *resultado geral* das contas, *segundo a escripturação da casa*; e que nessa confrontação acharam *exactidão* porem que ao depois *constou* que a *escripturação* tinha sido alterada; o que elles não *sabiam*.

E' claro que nada importam esses boatos vagos, o que importa saber é: si no ultimo balanço da sociedade, o qual foi *apreciado* pela commissão fiscal, a escripturação foi *achada em ordem*; e si desde então até o exame e balanço dos curadores fiscaes, acharam-se com effeito *vicios e emendas*, que possam ser *directamente* imputadas ao accusado. Não; nada disso se *verificou*, e nem realmente se deu.

Mas quando se tivesse verificado, o meu cliente não ficaria de modo algum *complicado*; porque, segundo o espirito e letra dos arts. 801 § 1.º e 802 § 6.º do Cod. do Com., são admittidas todas as explicações razoaveis, que removam a culpa de quem nao a tem de *seu proprio facto*. Rogron, commentando o art. 586 do Cod. Francez, correspondente ao art. do nosso Cod., diz ser *indispensavel a prova da fraude*, para que, *a respeito do accusado*, a *irregularidade* dos livros constitua *bancarrôta fraudulenta*. *Oui, s'il a compagné des circonstances de fraude*. E mostra ter sido assim julgado pela corte suprema em aresto de 18 de Junho de 1828.

Neste ponto, assim como em outros, chamo em meu auxilio a jurisprudencia do digno juiz de direito da 1.ª vara crime desta capital, o Sr. Freitas Henriques, a quem ninguem negará severidade e honradez: elle auctorisa completamente a *minha doutrina* nos documentos n.º 1, 1 bis., 2 e 3; e nada mais me deixa a desejar.

Além disto a escripturação da sociedade fôra exclusivamente entregue ao socio Santos, sem a menor *intervenção* do meu cliente, como já o declarou o gerente Fragozo; e como as testemunhas af. affirmam contestemente, e como os livros da casa o mostram. A cargo do Sr. Amorim estavam *unicamente* as transacções cambiaes; mas a escripturação destas, mesmo até o 4.º semestre de 28 de fevereiro de 1862, se acha feita *minuciosa e regularmente* e no respectivo *diario*, como não poderam negar os curadores fiscaes; nem ao meu cliente, entretido nos negocios de sua casa = Viuva Amorim & Filho, restava tempo para a cada momento inspecionar toda a escripturação, quando confiava sobre tudo na perspicacia do socio, que della estava encarregado, e que gosava dos creditos de homem perito na sua profissão. Invoco tambem sobre este topico a jurisprudencia dos mui dignos e honrados Srs. desembargadores Reis e Silva, Costa Doria, e juiz de direito Silva Neiva, nos documentos ns. 3, 4, 5 e 6. Diz ainda o libello.

« Que não se acha *justificado* o emprego de todas as receitas da sociedade. »

Contra esta asserção protesta o proprio sentimento dos curadores fiscaes, quando affirmam que não encontraram lançamento de *despesa e perdas ficticias*. Embora acrescentem elles, que *consta* que

Houve receitas, que não estão justificadas, e não se acham lançadas no livro: o facto é que nada concluem de positivo, desde que se fundaram no=consta=, despresando a inspecção ocular dos livros!!

Pela escripturação da commandita se verá, que acha-se *justificado o emprego* de todas as *receitas* da sociedade em objectos de seu gyro ou empresa; isto é: em descontos, por letras em deposito e caucionadas, em empréstimos e operações de caixa, como se vê desde o primeiro balango até o ultimo, inclusive o proprio que foi organizado pelos curadores fiscaes

Ainda nesta especie o juiz pronunciante deixou-se seduzir pelo dizer vago dos curadores fiscaes af. 384, que, prevenidos contra o meu cliente, acharam bastantes os boatos para julgarem, e logo, que com effeito havia *receitas não justificadas*, sem ao menos darem-se ao trabalho de as *especialisar*.

Havemos chegado a um dos pontos mais mystificados da accusação:

« *Desvio, ou applicação de fundos ou valores, de que era mandatario ou depositario* »

Antes de tudo cumpre observar que, por uma jurisprudencia mais razoavel, do que aquella que abraçou o nosso Cod. adoptando a ideia do antigo Cod. francez (1), entende-se hoje que—o desvio de fundos ou valores de que o fallido tenha sido *depositario ou mandatario*—não constitue uma circumstancia qualificativa da bancarrôta fraudulenta; porque, como observa Bindarride, tom 3.º pg. 328, n.º 1254, a lei actual, que reforma o Cod. francez, não considera factos constitutivos de bancarrôta fraudulenta, senão os que são dirigidos contra o interesse da massa geral. O abuso de um mandato, ou a violação de um deposito, constituem delictos, que devem ser reprimidos pelo direito ou lei commum; e é ao mandante ou ao depositante a quem cabe demandar e obter a reparação, e não a justiça publica.

Deixando ao criterio do Sr. Julgador apreciar a *concludencia* d'esta luminosa doutrina, fundada no grande principio de que as leis commerciaes, como exepicionaes do direito commum, devem ser entendidas *equitativamente*; passarei a examinar a especie no terreno mesmo, em que se acha ella collocada pelo nosso Cod. art. 802 § 3.º, que o libello estropiou inteiramente.

Quando o Cod. considera fraudulento o *desvio* ou applicação de fundos, ou valores de que o fallido tivesse sido *depositario ou mandatario*, atinge ao que se acha disposto nos arts. 155, 284 do mesmo Cod.; isto é: presuppõe que o fallido tenha recebido em *deposito propriamente dito*, ou em *comissão*, alguns valores ou objectos, que deva *restituir*, ou *dispôr por conta* do depositante ou mandante, os quaes ficam conservando nos objectos depositados o *seu inteiro direito de propriedade*; mas estes actos são celebrados mediante *contracto* e por *escripto*, precedendo *tradição real*, ou *symbolica* da coisa depositada ou entregue. Os objectos, que estão neste caso, são os que não podem os fallidos *desviar* sem nota de *fraude*, que a lei pune; visto como o art. 874 § 1.º e 2.º do Cod. considera o mandante ou depositante *credores do dominio* de taes objectos, com o direito de *reivindicção*.

Mas serão por ventura estes os mesmíssimos objectos ou valores, que, diz o libello, foram desvi-

ados pelo meu cliente? Não; porque taes objectos nunca foram *depositados*, nem entregues, por *mandato* ou *deposito*, ao meu constituinte, como mostram os autos.

Segundo se deprehende dos termos da accusação, entendeu-se por valores *desviados*, de que se considerou meu cliente *depositario ou mandatario*—os dinheiros, ou valores, que a commandita recebia a premio, e dos quaes emprestava, mediante desconto, algumas quantias ás casas de Amorim, Tavares e outras.

Deste facto é que a accusação quer tirar pretexto para carregar a conta do meu constituinte o chamado—*desvio* de valores, de que elle era *depositario ou mandatario*!

Nunca vi, porem, tão invertidas, confundidas, e barulhadas as noções mais claras do direito com., do que na applicação, que, a respeito do meu cliente ora se pretende fazer do art. 802 § 3.º do Cod. do Com. Porque jamais se reputaram como *deposito* ou *mandato* os dinheiros ou valores, que os commanditarios recebem a premio: elles são, mercantilmente fallando, considerados simples devedores, obrigados, como taes ao pagamento; mas não *depositarios*, obrigados á restituição. E é por isso, que, segundo o art. 815 do Cod. Com., o deposito de generos sem *designação da especie*, e o dinheiro que *vence juros*, não entram na classe de credito de *dominio*: desta natureza são tambem os valores ou *sommas entregues a banqueiros* para serem retiradas á vontade, vençam ou não juros. Ora, nesta hypothese é que estão precisamente os valores, que o Libello considera *desviados* no caracter de *deposito* ou *mandato*.

A conclusão unica verdadeira que se póde tirar do que acabo de expor é: que a hypothese figurada no Libello, quanto ao *desvio* de fundos ou valores, de que o meu cliente tivesse sido *depositario ou mandatario*, não pode ter cabimento, ou antes, não póde entrar a *martello* na qualificação da fallencia da commandita; visto como tal *deposito* não existio, nem tal *desvio* se deu. Assim pois o art. 802 § 3.º do Cod. Com. não póde ser invocado contra o meu cliente: *Scire legem non est earum verba tenere, sed vim ac potestatem*. Dizei mais, por *de mais*:

Quando tal *deposito* ou *tal mandato* tivesse existido na massa da commandita, o meu cliente não poderia tel-o *desviado* em proveito particular; e direi a razão do meu dito.

Em tempo algum occupou elle o lugar de caixa; nem descontou um só titulo seu na commandita, nem se *utilizou* por suas proprias mãos dos fundos, que lhe *fossem pessoalmente confiados* ou *depositados*. Todas as transacções da commandita eram exclusivamente feitas pelos socios Fragoso e Santos que sempre estiveram em boa intelligencia. A elles ambos confiava o meu cliente todos os negocios, não só da commandita, como os seus particulares, documento af. 137. Ausentando se elle desta cidade para o sul do Imperio, desde 23 de julho até 13 de Setembro de 1861, ficaram os dous socios, elles sós, encarregados de toda a direcção social.

Seja compulsada a escripturação da commandita, e consideradas as proprias asseverações do socio gerente Fragoso, e achar-se-ha que o meu cliente, ou antes a casa de Amorim & Filho, não recebeu dinheiro ou favores da commandita, senão como receberam as outras casas commerciaes, com quem se fazia transacções *licitas*. Todas as quantias emprestadas á firmas, de que o meu cliente fazia parte, o foram *não por elle proprio*, desviando valores de que fosse *depositario ou mandatario*; mas por meio de operações *regulares*, e pelo *mutuo accordo* dos gerentes Fragoso e Santos: em principio por

(1) Art. 593 n.º 5.º se aiyant été chargé d'un mandat especial, ou constitué depositaire d'argent, d'effects de commerce de denrées, ou marchandises, il a, au prejudice du mandat, ou du depot appliqué à son profit les fonds, ou la valeur des objects sur lesquels portait soit le mandat, soit le depot vid. tambem art. 29 n.º 1149 do Cod. Portg.

meio de descontos dos títulos, que ellas representavam, do mesmíssimo modo porque se praticava para com todas as primeiras firmas da praça, a cujo par estava o credito mercantil daquellas, em que o meu cliente figurava.

E somente quando a casa de Amorim & Filho soffreu grandes perdas, foi que o meu cliente aceitou o offerecimento, que lhe fizeram os dous gerentes, de auxiliarem a dita casa com fundos da commandita; fundos, para cuja garantia teve o meu cliente o cuidado de passar logo para os cofres da sociedade todas as acções de bancos e companhias, que elle então possuía, assim como as apólices de seguros; acontecendo que os compromissos da casa Amorim com a commandita nunca foram superiores aos valores, de que ella podia dispôr, e que effectivamente pôz nas mãos do socio Fragoso, como provam a nota e procuração, que o meu cliente lhe entregou, e que se lêem af. 437.

Quem pratica assim não quer illudir, nem pessoalmente apossar-se, e *distrahir* valores de que fosse mandatario ou depositario, como suppõe a accusação; procurando confundir fundos ou valores, de que se é mandatario, com transacções licitas de commerciante a commerciante, ou da commandita, ente moral, com uma sociedade em nome colectivo, ente também moral, e ambos constituindo duas personalidades diversas.

O facto pois de haver a casa de Amorim & Filho tomado dinheiro a commandita, não pôde ser comprehendido na especie, de que resa o art. 802 § 3.º do Cod. Com.; porque o meu cliente, é forçoso repetir, nunca teve em seu poder dinheiros, ou valores alguns, de que fosse depositario ou mandatario, e dos quaes se servisse por sua propria auctoridade em seu proveito pessoal. A arguição, pois, é absolutamente gratuita, impertinente e exorbitante: *non est his locis*. Reproduziremos o outro ponto da accusação.

« Despesas excessivas com o seu tratamento. »

E' uma cruel imputação, que contrasta com o inventario dos bens do meu cliente, descriptos nos autos desde f. af. até f. Ah se vê que a mobilia, joias, baixellas trem de cosinha, de cocheira, de cavallaria não indicam sumptuosidade, nem mesmo luxo; no entretanto não houve da parte d'elle o menor *sonegado*. Na posição em que se achava, quer como homem de commercio, quer como pessoa de consideração, nascida de pais abastados, não era possível que o accusado podesse tratar-se com mais parcimonia. Não consta que houvesse dado jantares e funcções, nem que tivesse habitos palacianos. Morou sempre em casa de sua mãe, a quem não pagava aluguel. Se possuía dous vehiculos para o seu tracto quotidiano, tinha a vantagem de sustentar os seus cavallos com o pasto de seu sitio. Todos sabem que o meu cliente nunca deslumbrou por meio do fausto; suas despesas eram mui parcas, antes e depois do estabelecimento da commandita. Todas as tetemunhas assim o declaram e juram contestemente, de mod a destruir o falso supposto da accusação.

Como pois, á vista do que se acha expendido e provado, atirar-se-lhe o labêo de bancarroteiro fraudulento? Ponha-se diante dos olhos a synopse da accusação e da defeza; que a conclusão logica e juridica do processo lhe será favorabilissima.

O Libello aponta, como já se examinou, quatro malversações *culposas*, e tres *fraudulentas*. Nas *culposas* estão: 1.º despesas excessivas no tratamento pessoal; 2.º dividas directas do dobro do capital apurado no balanço; 3.º ausencia do lugar da quebra; 4.º não estar sellado e rubricado o coprador de cartas da sociedade. Nas *fraudulentas* estão: 4.º

falsificação da escriptura contendo operações suppostas, ou registros de balanços ficticios; 2.º falta de justificação de todas as receitas da sociedade; 3.º desvio de fundos, ou valores, de que o meu cliente era mandatario ou depositario.

Quanto aos motivos *culposos*, provou o meu cliente: 1.º que não fez despesas excessivas com o seu tratamento pessoal; 2.º que as dividas directas da sociedade não estavam elevadas ao dobro do seu *cabedal apurado* no momento da quebra; e quando estivesse, nem por isso havia intenção *culposa* da parte dos gerentes, e muito menos da de meu cliente, segundo os principios mais sãos da jurisprudencia commercial; 3.º que a sua ausencia, longe de ser um acto punivel, era um effeito de força maior; 4.º que o livro coprador de cartas estava sellado e rubricado.

Quanto aos motivos *fraudulentos* provou também: 1.º que a escripturação não estava falsificada, nem contem operações suppostas, ou registros de balanços ficticios; sendo alem disto certo que outro era o encarregado della, e que o meu cliente não tinha nisto *solidariedade* criminal; 2.º que todas as receitas da sociedade estavam justificadas, segundo as operações propria do estabelecimento; 3.º que elle nunca desviára fundos ou valores, de que fosse depositario ou mandatario. E remontando-se ás causas geraes, occasionaes e concumitantes, que determinaram a queda da commandita, mostrou, por factos publicos, que todas foram *casuæ*, e independentes de sua vontade, a qual nunca fôra outra senão sustentar o credito e a vida da sociedade, empregando para isso os seus maiores esforços, que infelizmente ficaram baldados pelo acto intempestivo e imprudente do socio gerente Fragoso: tudo isto está plenamente provado tanto documentalmente, como por testemunhas. As que juraram *ex adverso* não fazem a menor carga ao accusado.

A de f. 216 falla, por ouvir dizer, nos favores que os gerentes fizeram aos seus *protegidos*, e no *luxo* que sustentavam. A de f. 320, sendo commanditario, apenas *informou* sobre o *luxo* e favoritismo dos gerentes. A de f. 224, também como informante, ferio o mesmo bordão. A de fl. 255 v. não difende o accusado. A de fl. 227 nada diz de positivo, limitando-se a repetir a conversa tida com Fragoso, e *confirma a intenção* em que estava o accusado de hypothecar seus bens a favor da commandita. A de f. 232 v. são contra producentes; isto é *deposeram em favor do accusado* affirmando, que as *transacções cambiaes* correram regularmente.

A prova documental, e o plenario das testemunhas, maiores de toda a excepção, offerecidas pelo meu cliente, dão-lhe inconstestavelmente a palma do triumpho: não tenho necessidade nem de apontá-las, nem de analysá-las; basta ler os seus depoimentos. Vou concluir:

Nemo repente malus: nihil natura facit per saltum, dizem todos os criminalistas. Homem de uma reputação honesta, nunca desmentida—e superior a todo o elogio; commerciante de primeira ordem, que sabia alliar os interesses de sua profissão com a gravidade de cavalheiro; cidadão que mereceu occupar com distincção a cadeira de Deputado Provincial, obtendo pelo conceito, de que gozava, os suffragios populares para representante da nação: Pernambucano de sentimentos patrióticos, que concorreu efficazmente para que em tempo opportuno fossem conhecidas as vantagens de uma cultura, que faz hoje a principal base de nossa renda publica, o algodão; e que com perseverante dedicação e sacrificio ajudou a levantar da inacção,

e paroxismo em que se achava, a companhia de navegação costeira a vapor, que ora está prestando tanta utilidade ao commercio de cabotagem; brasileiro, enfim, que nutria nobres aspirações, que lhe haviam grangeado um logar distincto entre os seus comprouvencianos, e que promettiam elevá-lo ao fastígio da gloria.... o meu cliente, Sr. julgador, não podia de um momento para outro trocar os seus honrados precedentes pelos andrajos do bancarroto fraudulento. Não; ninguém o acreditaria, ainda que em seu favor não fallassem altamente os factos encarados por uma critica imparcial e acuminosa. Com que interesse seria levado o meu cliente ao abysmo de uma bancarrota ignominiosa? *Nihil fit sine ratione sufficiente*; ninguém commette o crime sem motivo.

Seria elle arrastado por uma avareza desmedida? Não; porque nunca se deixou fascinar por essa paixão ruim: desejava, sim, ocupar um lugar importante no commercio de seu paiz; mas sempre com dignidade: julgou que a commandita lhe offerecia um horisonte mais vasto para exercitar seu talento mercantil; deixou-se levar pela torrente caudalosa da epocha, pela seducção do credito largo: encontrou inexperiencia em seus socios, talvez em si mesmo, roçou nos cachopos das crises, ficou estremecido: procurava salvar-se, veio-lhe um embarço invencivel e fatal, a *denuncia da fallencia*, que lhe trouxe a posição de réo! Onde a má fé e a fraude? onde o excitamento para o crime? onde a intenção criminosa? onde o lucro, ou vantagem prevista do delicto?

Operado o descredito da commandita, o meu constituinte abandona todos os seus bens, de que hoje se acha espoliado. Onde a paixão de ouro, onde a avareza? Si o meu cliente, e mesmo os seus companheiros, tivessem em vista enriquecer á mercê da fraude e do dolo, aproveitar-se-hiam dos momentos em que tiveram em suas mãos grossas somas: ainda no dia 14 de Junho, vespas da fallencia, elles pagaram mais de 400.000U000; 200.000U em uma só letra a Caixa Filial do Banco do Brazil, como prova o documento n.º 7. Si elles quizessem, poderiam pôr toda essa somma a bom recado, para ficarem premunidos contra os effeitos da mendicidade. Meu cliente poderia, por si só *clandestinamente*, alienar algumas accções de bancos e companhias, de que era possuidor; bem como poderia lançar mão de escravos e bens, e de um balanço, de que era credor em Londres; podia mesmo consumir os titulos da casa Amorim & Filhos á commandita, que estiveram em seu poder & e hoje estaria rico, e com meios de *dourar* a sua subsistencia. Mas não: elle prezava mais do que tudo a sua reputação: preferiu ficar reduzido á mais pungente miseria; preferiu deixar sua familia, *esmolar* o pão em sua patria, enquanto elle foi *mendigalço* em paiz estranho, sem levar ceitil de sua fortuna particular, ou commanditaria. Todos sabem que elle na prisão, em que se acha, come, ensopado em suas lagrimas, o alimento que lhe ministra a caridade de seus parentes. Para um caracter destes não foi de certo que se promulgaram as penas de bancarrota. Deverá ser o meu cliente a *unica victima expiatoria* de todo o azar, que n'estes ultimos tempos de multiplicadas crises commerciaes tem o commercio supportado?

Notai, Sr. Julgador, que, desde 1860, todas as sentenças de quebras tem por *motivo commun* de absolvição—as crises. Lancai os olhos para os documentos a que me tenho referido, que nelles achareis arrestos respeitaveis, que apadrinham o meu cliente.

Quando por um rigor inquisitorial, proprio dos

tempos mythologicos, se entendesse provada a culpa do accusado, sem levar em conta o art. do Cod. Crim., que não admite delicto, onde não ha conhecimento do mal, e intenção de pratical-o: si quando, digo, se julgasse licito impôr-lhe as penas, que a accusação estipula no Libello, fôra bastante attender-se aos tres annos de amargurada peregrinação, que elle supportou, e aos mezes, que tem passado na prisão, a que se veio *espontaneamente entregar*, para que se dêsse por bem expiado esse delicto, que aliás não reconheço, e que espero não reconhecerá o Juiz letrado, que não sabe abraçar a nuvem por Juno, nem *materialisar* o pensamento do Direito. Espero em Deus, que o meu cliente será absolvido: *ubi æquitas evidens possit subveniendum est*.

Os criminalistas definem a pena — *malum passionis ob malum actionis*—e entendem que ella deve ser anologa ao delicto: o que importa dizer—que a natureza do mal da pena não deve ser desconforme com a natureza do mal do delicto. O sentimento predominante do negociante é—*accumular fortuna*—; o mal correspondente ou analogo é *privar-o dessa fortuna*: mas si o meu cliente acha-se hoje despido de todos os seus bens, si elle vê convertida no pó da pobreza a abastança d'outr'ora, que pena maior póde elle supportar na esphera mercantil? Si o fôro commercial já exauriu toda a sua fortuna, o que pretenderá mais arrancar-lhe o fôro criminal? Panir o dolo! O dolo não está provado; porque nunca existio. E pois a sentença, que o absolver, trará o cunho de uma justiça sãa, reparadora, equitativa. *Summum jus summa injuria*.

DR. CUNHA FIGUEIREDO.

TRANSCRIPÇÃO.

SENHOR.

Os abaixos-asssignados, commerciantes da cidade da Fortaleza, não podendo ser indifferentes a todo e qualquer meio que conduza a dar incremento ao commercio, e assegurar aos que seguem esta proveitosa, necessaria e nobre profissão o bem commun, que á cada um d'elles provém em particular, e ao imperio, conhecendo por experiencia que o actual juiz municipal desta cidade, o bacharel Manoel da Cunha e Figueiredo, que é tambem o juiz do commercio, não só nos actos de administração de justiça em geral se ha portado de maneira a merecer dos seus jurisdicionados respeito e estima, mas especialmente nas questões commerciaes tem rigorosamente feito executar as leis com a punição dos que, quebrantando a boa fé e torturando a consciencia, tem fallido com culpa ou fraude, diminuindo por esse modo o numero dos criminosos: vêem espontaneamente solicitar de V. M. I. a recondução do dito bacharel no lugar, que ora servê, cujo quatriennio em breve completará; pois estão certos de que na continuação de um magistrado semelhante, que inspira confiança aos commerciantes honrados, existe um poderoso auxiliar para a prosperidade do mesmo commercio.

E' este, Senhor, o unico motivo que leva os commerciantes d'esta cidade a dirigir a presente supplica a V. M. I.; e nem outro poderia ser, si diverso tivesse sido o procedimento do supracitado juiz. Por isso esperam que V. M. I. benigno acolherá os

votos dos abaixo-assignados, e os deferirá com justiça.

R. Mc.

Fortaleza, 14 de outubro de 1866.

Joaquim da Cunha Freire & Irmão.
Manoel Antonio da Rocha Junior & Irmão.
José Smith de Vasconcellos, Hughes & C.
Bruno & C.
Kalkmann, Irmãos & C.
Severiano Ribeiro da Cunha & Irmão.
Albano & Irmão.
Manoel Nunes de Mello.
Moura Rolim & Sobrinho.
Antonio Gonçalves da Justa.
J. U. Graf & C.
Saxer, Engelhard & C.
Monteiro, Barroso & Schulz.
Antonio Severino de Vasconcellos & Irmão.
Salgado, Sousa & C.
Fonseca & Irmão.
L. Heymann & C.
João Antonio do Amaral.
Manoel José Rodrigues.
Braga & Carvalho.
José Antonio Martins.
João da Silva Villar.
Paulo Cardoso da Fonseca.
Albano & Santos.
Carneiro & Sobrinho.
Diogo José da Silva.
Antonio dos Santos Neves.
Luiz de Seixas Correia.
Raymundo da Costa Bravo.
Jus iniano Nunes de Mello.
Manoel José d'Oliveira Figueiredo.
José Henrique Garcia.
Antonio Joaquim Pereira Façanha.
Carvalho & Moraes.
Joaquim Antonio Carneiro S. Azevedo.
João Pereira Mendes.
João da Costa Ba tos.
Paulino Felix Bizerra.
José Felix d'Almeida.
João Severiano de Souza.
Manoel Pereira Valente.
Manoel Joaquim d'Oliveira Guimarães.
Francisco Martins d'Aguiar e Silva.
Felippe José de Souza.
Francisco Xavier de Carvalho.
Candido Gomes do Rego.
Francisco José de Oliveira Figueiredo.
Vicente Baptista Alves Maia.
Ladislão Nunes Sarmento.
Raymundo Remigio de Mello Caxias.
Francisco Luiz Carreira.
Francisco Joaquim Pinheiro.
Theodoro da Silva Jatahy.
Joaquim José de Lima.
Manoel Moreira da Rocha Junior.
Raymundo Gonçalves de Souza.
José André de Oliveira Figueiredo.
Raymundo Toreato de Araújo.
Domingos Rodrigues de S. Magalhaes.
Miguel José Martins Junior.
Martins & Irmão.

(Do Cearense n.º 2216 de 21 de outubro de 1866.)

SEMANARIO.

—O Pedro II, escripto por habeis pennas, tem-se occupado ultimamente em sua =miscellanea= com o juiz municipal da capital.

A Aurora Cearense, si não quizesse afastar-se do seu programma, poderia responder mui bem a esse pygmeu da imprensa cearense. Mas... deixemos o Pedro II dos Gonçalos gritar quanto quizer, porque hade ter quem lhe responda...

Depois não se queixem...

Vamos adiante, que atraz vem gente.

—No *Crusceiro do Sul* embarcaram para a corte com destino ao serviço da guerra 21 guardas naves designados e 4 recrutas.

—No dia 21 do corrente chegou dos portos do sul o vapor *Tocantins*.

Do theatro da guerra apenas consta que os exercitos alliados e a esquadra brasileira atacaram a fortaleza de Curupaity no dia 22 de de outubro. Apesar da bravura dos combatentes, não nos foi possível ficar ainda de posse desse poderoso elemento paraguayo.

Calcula-se a perda dos alliados em 3,000 homens. entre mortos e feridos, dos quaes mais de 400 mortos.

Sóbe a 700 o numero dos officiaes brasileiros feridos.

Lopes pedio paz, que até a sahida do vapor não fôra acceita.

—Foi nomeado presidente da provincia do Rio de Janeiro o Sr. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel.

—Foram nomeados: advogados do conselho d'estado os conselheiros Antonio Pereira Rebouças, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques.

—Foi posto em disponibilidade o Sr. Antonio Pedro de Carvalho Borges, encarregado de negocios na republica da Bolivia.

—O Sr. Dr. Felipe Lopes Netto foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial junto ao governo da Bolivia.

—O Sr. Marquez de Caxias vai commandar as forças do Brasil em operações de guerra com o Paraguay.

—Foi concedida a exoneração que pedio o Sr. conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz do cargo de ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra; sendo substituido interinamente pelo ministro da justiça o S.r conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá.

—O Sr. conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz teve a graça do titulo de barão do Uruguayana, com grandeza, e foi nomeado conselheiro de estado ordinario.

—Foi nomeado capellão do collegio de educandos d'esta capital o Revd. Glycerio da Costa Lobo, que exercia ultimamente esse cargo, sem que a isso fosse obrigado, e somente por espirito de caridade.

Louvamos ao Sr. presidente da provincia por essa nomeação.

—Por diversas irregularidades foram annullados os trabalhos do conselho de recurso de Sobral, sendo designada a 1.ª dominga de novembro para nova reunião do mesmo conselho.

—Foi concedida a demissão que pedio Mathias Pereira do Valle do lugar de carcereiro da cadeia desta cidade, e nomeado para substituil-o Francisco Janico de Paula Barros.

—Foi capturado no Icó Manoel José d'Assumpção, desertor de um dos batalhões de linha de Pernambuco.

—No mesmo termo foi ferido levemente Antonio Limeira por Luiz Ferreira Brauna, que fôra preso em flagrante.

Ceará 1866 = Typ da AURORA CEARENSE = impresso por Hermino Magno.